

“O RELÓGIO DE DEUS”: TEOLOGIA E POLÍTICA NO JORNAL ASSEMBLEIANO *MENSAGEIRO DA PAZ*.

*Elioenai de Souza Ferreira*¹

RESUMO

A história religiosa do Brasil, ramo fragmentário da historiografia brasileira, quando se ocupa dos grupos evangélicos pentecostais o fazem a partir do seu caráter considerado exótico no plano litúrgico ou de usos e costumes. Mas o maior grupo pentecostal do Brasil, a Assembleia de Deus, não é apenas uma grande massa alienada, embora suas opções éticas sejam conservadoras. Neste texto, tomamos o jornal daquela denominação O Mensageiro da Paz, para mostrar como sob a aparente formação doutrinária dos fiéis, o jornal se constitui importante instrumento de formação política. Par este estudo a temática girou em torno da política internacional sobre a candente questão palestina.

Palavras-Chaves: Assembleia de Deus, formação política, questão palestina

ABSTRACT

The religious history of Brazil, fragmentary sector of the Brazilian historiography when it deals with the Pentecostal evangelical groups do from your character considered exotic in the liturgical plan or customs and traditions. But the biggest Pentecostal group in Brazil, the Assembly of God, is not just a massive alienated although their ethical choices are conservative. In this paper, we take the newspaper that denomination The Messenger of Peace, to show how beneath the apparent doctrinal formation of the faithful, the newspaper is an important instrument of political education. For this study revolved around the theme of international politics on the inflamed Palestinian issue.

Keywords: Assembly of God, political formation, Palestinian issue

Introdução

No vasto campo de estudos da História das Religiões, enveredamos, por ora, nas relações entre Teologia e Política, mais especificamente com o objetivo de analisar como essas relações se dão nas páginas do jornal assembleiano *Mensageiro da Paz*. E, delimitando ainda mais nosso objeto de pesquisa, interessa-nos problematizar como a teologia assembleiana veiculada no *Mensageiro da Paz* elabora suas representações sobre o Estado de Israel e os conflitos que o envolvem, especialmente com os palestinos.

O jornal *Mensageiro da Paz*, doravante mencionado como MP, é o periódico oficial das Assembleias de Deus vinculadas à CGADB² (Convenção Geral das

¹ Mestrando em História na Universidade Federal de Campina Grande. elioenaihistoria@gmail.com

² A CGADB não é a única entidade que congrega os assembleianos no Brasil, ainda que seja a maior e a mais antiga dentre elas. Existe também a CONAMAD, que abrange as igrejas ligadas ao Ministério de Madureira; bem como há diversas Assembleias de Deus que se organizam de maneira independente em relação às grandes convenções.

Assembleias de Deus no Brasil), editado e publicado pela CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Foi criado na primeira assembleia geral da CGADB realizada na cidade de Natal, no ano de 1930. Resultou da fusão de dois jornais então existentes, *Boa Semente* e *Som Alegre* (ARAÚJO, 2007, p. 457). Um só jornal oficial para todos os assembleianos, um só veículo para unificar as notícias, os posicionamentos, a doutrina. Desde então, ao longo desses últimos 85 anos o MP vem sendo utilizado como porta-voz do pensamento oficial da liderança da CGADB.

Desse modo, estamos cientes das limitações de nossa fonte, tendo em vista que um discurso oficial omite ou suaviza as contradições, as disputas, as divergências. Além disso, o discurso oficial é passível de apropriações, leituras e releituras diversas; interpretações, transgressões. Não é o alvo do nosso estudo, mas podemos considerar que nem todos os fiéis assembleianos ou demais leitores do MP concordam com tudo que é defendido pelo jornal. No entanto, para se chegar a esses aspectos da recepção, teríamos que consultar os leitores.

No entanto, a nossa análise se concentrará no próprio jornal, considerando-o como um instrumento apologético e doutrinário das Assembleias de Deus (ADs) e, nessa condição e função, como produtor e reproduzidor de representações, de crenças, de preconceitos, que dizem respeito não apenas a questões religiosas, mas também políticas e, no caso do nosso objeto, à política internacional, global. Outras fontes produzidas pelos assembleianos serão também consultadas, a fim de verificarmos uma intertextualidade entre o MP e outros impressos das ADs, tais como livros de cunho teológico.

A fim de nortear nossa discussão acerca das interligações entre teologia e política, vamos operacionalizar o conceito de cultura política, conforme exposto por Serge Berstein (2009), tomando-o enquanto um conjunto de representações elaborado por grupos sociais e políticos que, através de valores, normas e convicções, idealizam o tipo de ordem social adequado aos seus projetos de poder. É um sistema de ideias pelo qual se lê e interpreta o que se entende por realidade, a História, o cotidiano. E, de acordo com Berstein, tal conceito ultrapassa a noção restrita de partido político.

Seguindo esse raciocínio, elementos de cultura política podem ser encontrados em diversos âmbitos da vivência humana em sociedade, para além das estruturas do Estado e das agremiações políticas formais que disputam seu controle. Sendo assim, o campo da religião também é permeado pela cultura política, o que Berstein reconhece,

porém ressalta que na contemporaneidade o fator religioso não está tão evidente em sociedades secularizadas, exceto em culturas com perfis tradicionalistas.

Entretanto, o processo de secularização não é absoluto nem total, o que nos permite identificar práticas de cultura política permeadas pela religião, a exemplo do nosso objeto de estudo, com o qual pretendemos demonstrar de que maneira uma dada teologia contribui para a construção de uma cultura política que, por sua vez, molda comportamentos e atitudes que expressam uma visão de mundo assentada em crenças e convicções religiosas. Trata-se, assim, de uma via de mão dupla.

O presente trabalho está dividido em dois tópicos. No primeiro, faremos uma introdução à escatologia assembleiana, que é a divisão da Teologia Sistemática que trata do futuro concernente à Igreja, à humanidade e também aos judeus, no caso específico da escatologia adotada pelas Assembleias de Deus, que é de perfil pré-milenarista. Veremos, então, como Israel ocupa um lugar central na perspectiva escatológica assembleiana, daí a expressão “relógio de Deus” que intitula esse trabalho, pois toda a atenção está voltada aos desdobramentos históricos que envolvam o povo de Israel. Ainda que a escatologia assembleiana contemple uma restauração plena para os judeus somente a partir de certos eventos previstos em seu sistema de interpretação bíblica, é no tempo presente que esse arcabouço teológico e doutrinário é direcionado para se posicionar sobre o Estado de Israel.

Esse aspecto será abordado no segundo tópico, ou seja, a instrumentalização da escatologia assembleiana para interpretar o que acontece com e no Estado de Israel. No jornal MP, a escatologia tem de lidar com as reviravoltas, com os acontecimentos inesperados que desafiam a pretensa solidez dos esquemas interpretativos dos manuais de teologia. Nesse sentido, nossa análise irá focar como o MP, em suas edições mensais, constrói suas representações sobre o Estado de Israel e sua situação na política e na história internacionais, formando opiniões sobre o presente e inculcando projeções para o futuro.

Esse estudo será viabilizado pela análise de matérias e artigos de edições do MP publicadas entre os anos de 2001 e 2005, abrangendo temas que vão desde os ataques às torres gêmeas em Nova Iorque até as discussões em torno da criação de um Estado independente para os palestinos.

A escatologia assembleiana: uma lente para ler o mundo.

As Assembleias de Deus no Brasil são fruto do movimento pentecostal iniciado nos Estados Unidos no começo do século XX, tendo sua eclosão a partir do chamado Avivamento da Rua Azuza, em Los Angeles, em 1906. O movimento se espalhou pelo território norte-americano, chegando à cidade de Chicago. Foi ali onde se encontraram dois imigrantes suecos batistas que decidiram embarcar para o Brasil a fim de implantar nesse país o que julgavam ser o avivamento dos últimos dias. Gunnar Vingren e Daniel Berg deram início ao movimento assembleiano brasileiro na capital paraense, Belém.

Diante disso, atentamos para a matriz teológica na qual as Assembleias de Deus brasileiras se fundamentam, matriz esta orientada por uma proposta de ortodoxia evangélica com fortes vínculos com o fundamentalismo teológico desde a sua formulação como um movimento de reação à teologia liberal difundida nos meios protestantes a partir do século XIX. Uma das facetas desse fundamentalismo evangélico é o apego ao significado literal do texto bíblico, bem como uma ênfase nos pormenores narrativos. Além disso, há uma tendência a um dogmatismo inflexível.

Um exemplo disso é a crença na volta pré-milenar de Cristo. Além da inerrância da Bíblia, a Trindade, o nascimento virginal de Cristo, a queda da humanidade no pecado, a expiação vicária de Cristo e sua ressurreição corpórea e ascensão, a crença de que Cristo voltaria fisicamente e encarnado para governar e reinar na terra por mil anos antes da ressurreição e do juízo final deixou de ser apenas uma opinião sustentada por alguns cristãos e foi elevada a “fundamento da fé” pela Associação Mundial dos Fundamentos fundada pelo principal ministro fundamentalista W.B. Riley em 1919 (OLSON, 2001, p. 576).

Dentre as várias correntes teológicas milenaristas, que crêem num reinado de Cristo por mil anos na terra, a maior parte das igrejas pentecostais, incluindo as Ads, segue o pré-milenismo. Tendo como cerne a crença num reino literal de Cristo na Terra durante exatamente um milênio, no entanto, a corrente pré-milenista condiciona esse reinado a um evento anterior, qual seja, o retorno visível do próprio Cristo ao mundo, também chamado de Segunda Vinda de Jesus.

Nos impressos produzidos pela CPAD, o pré-milenismo adquire *status* de doutrina oficial e até mesmo de dogma, uma vez que ele está explicitado no item 11 do *Cremos*, uma espécie de credo ou confissão que sintetiza a teologia assembleiana, composta por 14 pontos, publicada a cada edição do MP na página 2. Sobre o ponto específico da segunda vinda de Jesus, assim se pronuncia o *Cremos*:

Na Segunda Vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas. Primeira – invisível ao mundo, para arrebatá-la sua Igreja fiel da terra,

antes da Grande Tribulação; segunda – visível e corporal, com sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos (MENSAGEIRO DA PAZ, março de 2004).

Temos, então, de lidar com mais uma especificidade da escatologia oficial das ADs, uma vez que o pré-milenismo comporta diversas variantes, sendo as principais o pré-tribulacionismo e o pós-tribulacionismo. A distinção básica entre essas duas vertentes é a discordância quanto à ocasião do chamado Arrebatamento, se antes ou depois da Grande Tribulação. As ADs adotam o pré-tribulacionismo, como pode ser observado na última citação. Convém uma definição, ainda que sucinta, desses eventos escatológicos a fim de compreendermos melhor a lógica interpretativa assembleiana.

Para tanto, o livro *O plano divino através dos séculos* é uma fonte bastante pertinente, pois se trata **de uma tida como** um clássico da produção teológica assembleiana, mesmo que tinha sido escrita por um missionário norte-americano, Nels Lawrence Olson, na década de 1950. Escrito num estilo didático e sintético, por isso mesmo o livro de Olson teve grande repercussão e aceitação entre os assembleianos, sendo inclusive usado como livro-texto em alguns seminários e institutos bíblicos, quando as ADs no Brasil passaram a permitir a existência dessas instituições (ARAÚJO, op. cit. p. 599, 600).

O Arrebatamento ou rapto da Igreja é crido como um acontecimento iminente e se constituirá de dois processos sobrenaturais simultâneos, de acordo com a crença assembleiana: a ressurreição dos fiéis e a transladação de ressuscitados e dos que estiverem vivos para a dimensão celestial. Tudo isso de forma oculta para o restante do mundo. Apenas os “eleitos”, os “salvos” terão parte nesse evento que representa a redenção, a salvação definitiva. É a primeira fase da volta de Cristo (OLSON, 2001, p. 113, 114).

Seguindo a sequência do “plano divino”, logo após o Arrebatamento, dar-se-á a Grande Tribulação durante sete anos. Será o período em que o mundo será governado por um homem com amplos poderes, o Anticristo. Este líder mundial “diabólico” fará um pacto com os judeus, que reconhecerão na pessoa dele o tão aguardado Messias. Porém, um grupo de judeus não aceitará o pacto, o Anticristo revelará sua verdadeira natureza e, então, passará a perseguir o povo judeu. Este clamará pelo socorro divino e este virá com a manifestação visível de Cristo, seus anjos e os cristãos arrebatados há sete anos. Terá lugar uma batalha entre as forças do Anticristo e as do verdadeiro

Messias, com a inevitável vitória deste. Israel reconhecerá, finalmente, que Jesus Cristo é o seu salvador e rei.

Sim, rei, porque após a sua vitória cósmica sobre as forças do mal e suas pazes com o povo de Israel, Cristo estabelecerá seu governo universal, tendo como capital de seu reino a cidade de Jerusalém. Vejamos o que Lawrence Olson disse sobre o lugar de Israel na escatologia por ele ensinada.

Em resumo, vemos então como a Grande Tribulação concerne diretamente a Israel e constitui o juízo de Deus sobre essa nação em face de sua prolongada apostasia e negligência para com seu Rei, Jesus Cristo, o Messias. [...]. A Tribulação também afetará o mundo todo, pois o problema do povo judeu é um problema mundial. O novo Estado de Israel foi reconhecido em 1948 pela Organização das Nações Unidas [...]. Tendo Cristo como seu Messias e Cabeça, Israel tornar-se-á a nação líder do mundo, e não mais a “cauda” (Ib. p. 127-129).

Como podemos ver, Israel detém uma posição especial no sistema interpretativo da escatologia pré-milenial, destinado a ser o centro do mundo ideal, onde Cristo será o Rei. De acordo com Olson, o futuro de toda a humanidade está atrelado ao do povo judeu. Sendo assim, os que têm essa convicção olham com muito interesse os acontecimentos relacionados com Israel. E não apenas o Israel do Milênio, mas também o Estado de Israel fundado em 1948. Aliás, essa é uma data-chave para aqueles que lêem a História pela lente do pré-milenismo, porque o retorno dos judeus à terra dos antigos hebreus da Bíblia, tidos como seus ancestrais, é considerado como um dos sinais mais contundentes do esperado cumprimento das profecias.

O livro *Doutrinas Bíblicas – uma perspectiva pentecostal*, da autoria de dois teólogos assembleianos dos EUA, é um manual básico que contém a teologia oficial das Ads norte-americanas, reproduzida substancialmente pelo *Cremos* das Ads brasileiras. O livro consiste numa explanação da Declaração de Verdades Fundamentais da denominação, elaborada e aprovada no ano de 1916. Cada capítulo do livro discute uma dessas “verdades fundamentais”. No capítulo sobre o Milênio, os autores não deixam de mencionar os judeus como parte importante do reino do Messias, baseando-se em textos do Antigo Testamento.

A interpretação literal dessas profecias não permite uma visão simbólica ou figurada da restauração dos judeus. Ao contrário, todos os fatos já “revelados” nas profecias deverão ter o seu cabal cumprimento, obedecendo rigorosamente ao “plano

divino”. Motivados por essa fé, os que creem no sistema pré-milenista e são simpatizantes do Estado de Israel veem como necessária e legítima a ocupação do território da Palestina.

Desse modo, a restauração dos judeus, mesmo tendo um caráter espiritual, ela tem de se materializar, tem de ter uma concretude histórica, uma visibilidade temporal. E, para os pré-milenistas, a restauração profetizada começa a se realizar a partir do ressurgimento dos judeus enquanto nação, nos moldes do Estado-Nação moderno, com uma identidade nacional definida e território demarcado. Essa nação judaica restaurada é identificada como o Estado de Israel estabelecido em 1948. Esse acontecimento é crido como o apenas o início da elevação de Israel ao posto de principal nação do mundo e da História, quando se tornar a sede do Reinado Milenial.

Como vimos no texto supracitado, os laços entre pré-milenismo e a ideia de uma nação judaica são explícitos. Nessa ótica, o fator territorial assume um papel imprescindível, visto que o povo de Israel, disperso por todo o mundo, necessariamente, terá de regressar ao seu antigo lar para que as profecias se cumpram e, assim, a Bíblia terá o seu efetivo cumprimento. Essa é a crença pré-milenista e ela concorda que o território prometido aos judeus está muito além do que aquele atualmente sob o controle do Estado de Israel. O território profetizado abrange alguns países do Oriente Médio e mesmo que a sua conquista seja esperada para o Milênio, tal crença num Grande Israel serve para legitimar e justificar não somente a criação do próprio Estado, mas também a expansão que ele executou a partir da Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Lawrence Olson afirma categoricamente que “para cumprir essas profecias, seria necessário um território bem maior do que Israel possui atualmente” (OLSON, op. cit., p. 134). Ele acrescenta que isso pode incluir toda a península arábica. Diante disso, uma primeira conclusão que podemos elaborar é que a escatologia pré-milenista assembleiana proporciona uma base ideológica para o apoio nítido da denominação aos projetos que dizem respeito à existência, consolidação e expansão do Estado de Israel.

Como se vê, Israel ocupa um lugar nada periférico na escatologia assembleiana. Mas isso não é perceptível somente nos livros. No caso do MP, a interligação estreita entre escatologia e política pode ser vista a cada vez que o jornal traz à tona quaisquer temáticas referentes ao Estado de Israel.

O que pretendemos analisar são os imbricamentos entre o pré-milenismo das Ads e sua posição pró-Israel e como essa relação é exposta no MP, denotando uma intenção de construir uma determinada cultura política. Um exemplo de como a teologia

afeta a visão política é encontrado na edição quinzenal de 16 a 31 de outubro de 2001 (por um curto tempo o jornal circulou quinzenalmente). Em meio à repercussão dos recentes atentados ao World Trade Center, o pastor Elienai Cabral, em sua coluna Últimos Dias, reitera o lugar de Israel na cosmovisão assembleiana quando afirma o seguinte: “O pivô da questão é Israel, portanto, o vemos como o “relógio de Deus”, onde o tempo, com a sucessão dos acontecimentos escatológicos, é marcado e possui relação com os prenúncios na Bíblia Sagrada” (MENSAGEIRO DA PAZ, março a outubro de 2001, p. 16).

Mensageiro da Paz: formador de cultura política

Mas, porque, diante dos ataques às torres gêmeas nos EUA, o articulista volta sua atenção para Israel? Por que o país seria o “pivô da questão”? O argumento é que os EUA foram atacados pelos radicais islâmicos devido à sua aliança com Israel. Não há nenhuma consideração sobre a política intervencionista no Oriente Médio e suas possíveis consequências. Os complexos meandros da política internacional são simplificados numa só explicação, numa ótica unilateral dos eventos. Israel, portanto, é colocado mais uma vez no centro da História.

Ainda sobre o contexto do 11 de setembro, noutro artigo, desta feita escrito pelo pastor Esequias Soares, a unilateralidade mais uma vez é manifestada. O religioso afirma que a causa para a eclosão do terrorismo em escala global não é de ordem político-econômica, mas sim um problema que se origina em fatores “espirituais”. Segundo o pastor, as origens do conflito remontam aos tempos bíblicos, pois resulta de disputas entre duas linhagens povos procedentes do patriarca Abraão, ou seja, entre os descendentes de Ismael, que seriam os árabes, e os filhos de Isaque, os judeus.

Nesse caso, o articulista desloca o foco de um acontecimento da atualidade para suas pretensas origens bíblicas para reforçar o fator espiritual que envolve o conflito árabe-israelense. De acordo com esse raciocínio, há uma luta milenar entre os filhos de Ismael e os de Isaque, sendo os últimos os legítimos herdeiros das promessas feitas por Deus a Abraão, incluindo a Terra Prometida. Para o pastor Esequias, os ataques aos EUA têm um simples motivo.

Os Estados Unidos, como país de princípios cristãos, têm líderes que conhecem o contexto bíblico dos judeus e têm se mostrado amigos e simpatizantes do Estado de Israel. Todo aquele que se tornar amigo de Israel se torna inimigo dos muçulmanos. Por serem os Estados Unidos um país cristão e amigo de Israel, é chamado por eles de o Grande

Satã, e não simplesmente por ser a maior potência do mundo (MENSAGEIRO DA PAZ, outubro 2001, p. 10)

Eis aí a causa “espiritual” do terrorismo. Numa análise marcada por generalizações e reducionismos, nota-se como a perspectiva teológica se antecipa e se impõe a qualquer outro viés. O povo de Deus, Israel, tem muitos inimigos e precisa de aliados. Os EUA assumem esse papel, não por motivações estratégicas de natureza política ou econômica. Não por serem uma potência mundial, como o texto reconhece, e as implicações advindas dessa condição. Eles o fazem porque se constituem num país cristão, liderado por pessoas que se inspiram na Bíblia para suas ações. Por isso são atacados. Por outro lado, os muçulmanos e os árabes (todos eles) são apresentados como inimigos de Israel e, conseqüentemente, de seus aliados. Está esquematizado o quadro das tensões internacionais. Cristãos e judeus de um lado; e do outro, muçulmanos. E isso tudo tem um fundamento “espiritual”.

Portanto, o inimigo está identificado. Se esse *status* abrange os muçulmanos, também inclui os palestinos. Sobre estes, essa é a opinião do pastor Elienai Cabral³, exposta no seu artigo já mencionado: “a intenção dos palestinos em destruir Israel é notória desde 1948, quando a ONU reconheceu Israel como Estado” (MENSAGEIRO DA PAZ, outubro 2001, p. 16). Omite-se o violento processo de ocupação da Palestina por parte de colonos de origem judaica que antecedeu a proclamação do Estado de Israel, processo que foi doloroso para todos os envolvidos e até hoje se desenrola com todos os episódios sangrentos que são bastante notórios. No entanto, pela análise do referido pastor, só se apresenta um via de entendimento para os conflitos, ou seja, Israel é a vítima por excelência e está sempre em ameaça de extinção.

A questão palestina é recorrente no MP e é um tema caro aos seus editores e articulistas, como poderemos observar nas próximas páginas. Os responsáveis pelo jornal dedicaram uma matéria de capa (MENSAGEIRO DA PAZ, maio 2004, p. 5, 6) para explicar aos seus leitores, afinal, o que a Bíblia teria a dizer sobre os palestinos. Mas o que motivou o jornal a publicar esse conteúdo? O próprio redator da matéria justifica. Em tom de denúncia, a matéria inicia informando que uma delegação de deputados brasileiros, enviada pelo então presidente Lula, visitou o presidente da

³É importante registrar que os pastores Elienai Cabral e Esequias Soares ocupam posições de destaque nos meios teológicos assembleianos brasileiros. Ambos são comentaristas das revistas de escola dominical para adultos publicadas pela CPAD, bem como são conferencistas dos eventos da CGADB. Sendo assim, pode-se inferir que suas opiniões estão afinadas com o discurso oficial da denominação.

Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, no seu QG em Ramallah, na Cisjordânia.

O MP vê essa visita de caráter oficial como uma tomada de posição pró-palestinos, classificada pelo jornal como “preocupante”. Em seguida, a matéria faz uma afirmação surpreendente: a luta entre israelenses e palestinos é milenar, pois os últimos são descendentes diretos dos antigos filisteus, povo que ocupou anteriormente o atual território da Faixa de Gaza, e é retratado no Antigo Testamento como um dos principais inimigos dos antigos hebreus.

A ligação direta entre os palestinos e um antigo adversário bíblico de Israel tem o potencial de justificar a luta contra esse adversário, pois ele é visto como um obstáculo ao plano da plena ocupação do território prometido por Deus a Israel. E, conseqüentemente, evoca a memória mítica das lutas contra os filisteus, a exemplo daquelas travadas por Davi, arquétipo de rei e líder messiânico.

O que chama a atenção na referida matéria é o anacronismo empregado para associar os palestinos com os filisteus. O anacronismo se mostra ainda mais grosseiro quando o jornal se contradiz, ao iniciar a matéria se referindo aos palestinos como descendentes dos filisteus e depois os denominando de árabes. Faltou, porém, mostrar a conexão entre filisteus e árabes. Mais uma vez, o olhar se desloca da história contemporânea recente para os tempos bíblicos. Baseada na Bíblia é que a matéria aponta o futuro dos palestinos.

Sobre o fim dos filisteus, a Bíblia afirma que eles deixarão todo o orgulho para serem servos (trabalhadores) em Israel, e serão contados com o povo judeu, após livrarem-se de seus sacrifícios de sangue, para que haja paz em Jerusalém, quando o próprio Senhor defender o seu povo de seus inimigos (Id. p. 5).

O texto bíblico faz menção dos filisteus, mas como, de acordo com o jornal seus descendentes são os palestinos, a profecia é aplicada a estes. Portanto, seu papel nessa escatologia é o de servos, isto é, de subordinados a Israel. Não apenas subalternos, mas integrados ao povo judeu. Mesmo que se enxergue um cenário de pacificação nessa interpretação, entretanto, ela tem implicações no que tange à negação de autonomia para o povo palestino. Aceita como verdade literal, ela tende a inibir iniciativas de solidariedade para com o povo palestino no presente, por parte dos que se deixam influenciar pela escatologia assembleiana e pelo MP.

“A Faixa de Gaza servirá de pastagem para os rebanhos de Judá” (MENSAGEIRO DA PAZ, dezembro 2006, p. 21). Assim sentencia a responsável pela

coluna *Em dia com Israel*, Sara Alice Cavalcanti, apresentada como especialista em estudos judaicos. É uma evangélica assembleiana com ascendência judia. Como tal, mensalmente, em sua coluna, ela comenta notícias relacionadas com Israel, entremeando-as com aspectos teológicos e devocionais, invariavelmente a favor do Estado de Israel. Baseando-se em passagens dos livros dos profetas Sofonias e Zacarias, ela assim descreve a atual posição da Faixa de Gaza, bem como o seu futuro.

A região, ocupada pelos “povos do mar”, será destruída até que não haja morador [...]. Gaza, hoje, representa um projeto, um projeto de negação à existência do Estado judeu [...]. O Senhor da Terra, que a distribui segundo sua soberana vontade, já deliberou sobre aquela região. A Faixa de Gaza servirá de pastagem para os rebanhos de Judá (Ib. p. 5).

A partir de uma profecia inicialmente dirigida aos filisteus, a colunista a relaciona com os palestinos. Sua interpretação desconsidera a ocupação secular do território de Gaza pelas populações de origem árabe e nega uma futura existência autônoma do povo palestino. A convicção da autora se mostra irredutível porque ela se fundamenta no campo da fé, da crença religiosa, visto que ela crê que o futuro dos povos da Terra Santa já está determinado por Deus. Não há espaço para negociações e concessões. Afinal, são os habitantes de Gaza que negam a existência do Estado dos judeus e, desse modo, colocam-se como empecilhos para que a restauração de Israel alcance sua plenitude. Mas, segundo o esquema escatológico que vimos analisando até agora, todos os obstáculos ao plano divino serão devidamente removidos.

Como já dissemos anteriormente, o MP acompanha com atenção meticulosa cada acontecimento que se refira ao Estado de Israel, diretamente ou não. Os tópicos mais sensíveis para os editores e colaboradores do jornal são aqueles relacionados aos sinais proféticos que apontam para a segunda vinda de Cristo, tais como o retorno dos judeus de todo o mundo para a terra prometida, o ressurgimento de importantes instituições judaicas e a posse efetiva do território, o que inclui as discussões em torno de um Estado palestino.

O MP reverberou em suas páginas uma onda de ataques contra judeus na Europa, especialmente na França, ocorridos ao longo do ano de 2005. Numa matéria de capa com a manchete *Perseguição a judeus estimula retorno a Israel*, o periódico comenta as declarações do então primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, conclamando os judeus europeus para que se refugiassem em Israel. Os ataques e a fala

de Sharon são lidos pelo MP da seguinte forma: “mais um sinal da proximidade da Vinda de Jesus parece despontar no cenário internacional”⁴.

Mas, além de denunciar a violência contra os judeus, classificada como antissemitismo, o jornal também critica o que vê como relações estreitas entre o então governo francês com a Autoridade Nacional Palestina, ainda sob o comando de Yasser Arafat. Porém, a tônica do texto é a celebração da volta dos judeus para sua terra de origem. A expectativa por esse retorno supera uma eventual lamentação pelas vítimas dos atentados. A “nova onda sionista” proclamada pelo MP é enquadrada no sistema escatológico pré-milenista, a fim de corroborar com eventos do presente sua crença escatológica.

Não se procura problematizar esses ataques, quais suas múltiplas causas, como combatê-los, ignora-se a opinião das comunidades judias da Europa, se desejam ou não imigrar em massa para Israel, país com uma já elevada densidade demográfica e com tensão permanente entre israelenses e palestinos.

Para além das motivações políticas e ideológicas que motivaram esses ataques, o MP tende sempre a expor um fator “espiritual” em suas análises. Discorrendo sobre o retorno dos judeus, na esteira do que acontecia na Europa, a colunista Sara Cavalcanti mais uma vez dá contornos “proféticos” ao que ocorre no presente.

Conhecendo a Bíblia e sabendo que pouco tempo lhe resta, Satanás procura perturbar o curso da história, influenciando governos e incentivando o ódio aos judeus. No entanto, qualquer que se levanta contra Israel toca na menina dos olhos de Deus. [...]. Por essa razão, nossos corações devem encher-se de misericórdia pelo povo francês (MENSAGEIRO DA PAZ, setembro 2004, p. 21).

Nessa visão de mundo, o sobrenatural sobrepõe-se ao histórico, ao que é temporalmente construído. Por trás das ações humanas, estão as forças do mal, mas não num sentido figurado ou abstrato e sim numa entidade que tem sua existência aceita como literal. Porém, há uma entidade do bem, também tida como real, que se contrapõe às investidas do grande e verdadeiro inimigo do povo judeu. Nesse caso, há o deslocamento dos conflitos da arena humana para uma dimensão cósmica.

Na escatologia seguida pelas Ads, a História tem um sentido linear com um clímax já determinado, isto é, a vitória final do povo de Deus sobre os seus malignos opositores. Essa noção de povo eleito não diz respeito apenas aos cristãos, abrange os judeus. Nessa cosmovisão maniqueísta na qual bem e mal estão em constante conflito,

⁴MP, outubro de 2004, p. 4.

abre-se espaço para conclusões questionáveis, como a que incentiva orações pelo povo francês, atribuindo a todos os franceses atitudes violentas contra judeus. Um sistema de interpretação linear e já pré-determinado tende a ser inflexível em suas leituras do mundo, ignorando ou omitindo as particularidades e as variações dos seus objetos de análise.

O MP noticiou com entusiasmo os encaminhamentos para o reaparecimento de duas instituições importantes para o judaísmo, o Sinédrio e o Templo (MENSAGEIRO DA PAZ, abril 2005, p. 4, 5). O primeiro, tido como supremo tribunal em assuntos do judaísmo, já retornou às suas atividades após séculos sem funcionar. Segundo o jornal, o atual Sinédrio, que será composto por 71 rabinos, está incluído entre os sinais da vinda de Cristo. Com base numa tradição rabínica que faz referência a uma profecia do livro de Isaías (Cap. 1.26-27) de que os juízes de Israel serão restituídos, o jornal corrobora a crença de que o Sinédrio será o responsável por dar o reconhecimento ao Messias quando este se manifestar. Como os cristãos acreditam que Jesus é o Messias que os judeus aguardam (sem o saberem), então a associação entre ressurgimento do Sinédrio e volta de Cristo pode se estabelecida.

Outra notícia celebrada pelo MP está relacionada com os preparativos para a reconstrução do Templo judaico, cuja última construção foi destruída quando do ataque das tropas romanas no ano 70 d. C. O jornal menciona o Instituto do Templo, uma organização formada por judeus ortodoxos cujo propósito é coordenar os esforços para a reconstrução do Templo. Em torno desse projeto, existe um impasse com um explosivo potencial para o acirramento dos conflitos. É que uma grande parte de autoridades religiosas e teológicas, tanto cristãs como judias, acredita que o local do antigo templo é o mesmo onde hoje está edificada a Mesquita de Omar.

Sobre as atividades do Instituto do Templo o MP reproduz indiretamente declarações do rabino Chain Richman, apresentado como porta-voz do Sinédrio e diretor do Instituto do Templo. Segundo o jornal, o rabino sintetiza os itens da missão do Sinédrio: “tem o objetivo de pesquisar os meios necessários para a renovação das raízes da fé judaica, para resgatar o serviço do Templo, reunir a tradição legal hebraica e inspirar o povo judeu a aspirar a sua grandeza” (Id. p. 4). Esse é o grande objetivo: a grandeza de Israel. A nação escolhida como centro do mundo. É um anseio comum entre cristãos pré-milenistas e judeus ortodoxos, mesmo que haja divergências quanto à identidade do Messias.

Porém, dentre tantos desafios a essa esperada grandeza, uma dos mais destacados pelo MP é plena posse do território que dever ser de Israel por direito divino, posse essa dificultada atualmente pelos palestinos. E a proposta de um Estado independente para essa população sempre é alvo das opiniões do MP.

Após a morte do líder palestino Yasser Arafat em novembro de 2004, o MP analisa que esse fato poderá abrir caminhos para a efetiva criação de um Estado palestino, visto que Arafat, por ser um radical, era um impedimento para as negociações, analisa o jornal. Em mais uma matéria de capa dedicada às questões envolvendo Israel, o periódico assembleiano declara que o “Estado palestino preocupa líderes de todo o mundo” (MENSAGEIRO DA PAZ, janeiro 2005, p. 13, 14). No texto em questão, o MP está particularmente atento às eleições para a presidência da Autoridade Nacional Palestina e destaca que o provável vencedor, Mahmoud Abbas, será um facilitador das negociações. Também lembra o apoio do então presidente dos EUA, George W. Bush, à ideia do Estado palestino. Porém, o que o MP quer transmitir aos seus leitores é o que a Bíblia tem a dizer sobre o assunto.

Apesar de salientar que a possibilidade de um Estado palestino é remota, o jornal pondera que, mesmo tal fato ocorrendo, ele não contrariaria de todo as profecias bíblicas, visto que estas vaticinam a posse completa da Terra Prometida apenas no reino milenar de Cristo. Vejamos mais uma vez como o MP se posiciona sobre a questão palestina.

No entanto, a Bíblia é clara quanto ao assunto: aquela terra pertence a Israel e, mesmo que um Estado palestino seja estabelecido ali, isso não afetará o plano divino, porque os judeus só possuirão mesmo toda a Terra Prometida no Milênio. [...]. O povo judeu será exaltado e privilegiado. Jerusalém será a sede do governo mundial de Cristo (Ib. p. 13).

O leitor do MP, principalmente o fiel assembleiano, é tranquilizado com relação a um eventual Estado palestino, visto como um obstáculo ao “plano divino”, mas temporário. O território pertence a Israel. É uma afirmação que não deixa margem para contestações. Afinal, tem seu fundamento num livro sagrado, numa autoridade espiritual e supra-histórica. O jornal deixa notório seu apoio ao Estado de Israel do presente e ao futuro reino universal. Diante dessas convicções, não há espaço para se considerar a existência de um Estado palestino, senão como um incômodo entrave à posse completa do território destinado aos judeus.

Um exemplo de como o MP se comporta diante do que o jornal entende como retrocessos na trajetória para o triunfo de Israel pode ser notado na matéria de capa na qual comenta a entrega da cidade de Jericó, na Cisjordânia, ao controle da ANP (MENSAGEIRO DA PAZ, abril 2005, p. 4, 5). Para o jornal, é também um sinal da volta de Jesus, visto que a entrega de Jericó foi consequência de negociações entre o governo de Sharon e a ANP, como parte de um acordo de paz. A referida matéria colheu as opiniões de alguns pastores e teólogos evangélicos que, em síntese, expressaram o seguinte: é uma medida de caráter provisório, mas preocupante, pois atesta que Israel ainda está sob o poder dos gentios, ou seja, todo o resto do mundo que não é judeu. Uma declaração emblemática, citada no MP, é a que foi proferida por Ingo Haake, editor de uma revista cristã chamada *Notícias de Israel*. “Foi naturalmente doloroso ver como agora são devolvidos ao dono ilegítimo territórios duramente conquistados, e claramente de propriedade de Israel, conforme a Bíblia” (Ib. p. 5).

A cessão de Jericó para os palestinos se reveste de um componente simbólico, tendo em vista que a antiga cidade foi a primeira a ser conquistada pelos hebreus quando de suas investidas para tomar a terra prometida de Canaã, conforme o relato bíblico do livro de Josué. Aliás, o MP não ignora esse dado. E o fato de ter sido conquistada por Josué é considerado um agravante no ato da sua entrega para a administração palestina. É tido como um retrocesso histórico para o Estado de Israel.

O que dizer, então, sobre o papel do MP enquanto um fomentador de cultura política? É o mensário oficial de uma denominação evangélica pentecostal. Desse modo, à primeira vista, deveria ser um periódico com conteúdo predominantemente religioso. Afinal, quando de sua fundação, sua missão foi descrita como “o portador de salvação que deve entrar em todos os lares” (ARAUJO, op. cit. p. 457). Seu próprio nome indica uma função evangelizadora, “espiritual”.

Porém, na condição de portador do discurso oficial de uma instituição religiosa, o MP não se furta a emitir pontos de vista a respeito dos mais diversos aspectos da vida em sociedade, incluindo educação, ciência, comportamento e política. Dessa forma, o jornal é um instrumento para construção de uma determinada cultura política. Berstein menciona instituições e espaços sociais nos quais seus membros e participantes são impregnados de cultura política, ainda de que forma não explícita. O autor enumera a família, o sistema educacional, o serviço militar, associações, os locais de trabalho, as mídias (BERSTEIN, op. cit. p. 39).

O jornal impresso, mesmo em tempos de comunicação majoritariamente digital, ainda pode ser um veículo de formação e doutrinação política. “A força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo por meios que, sem serem claramente políticos, conduzem, no entanto a uma impregnação política” (Id, p. 457). Nesse sentido, o MP é utilizado pela CGADB e seu braço cultural, a CPAD, para incutir em seus leitores, crentes assembleianos ou não, os posicionamentos políticos da liderança da denominação. No caso específico do Estado de Israel, o MP direciona suas matérias, editoriais, notícias e artigos para um apoio notório às ações de Israel ao mesmo tempo em que elabora imagens negativas a respeito dos adversários do Estado judeu ou simplesmente desconsidera a sua História, como é o caso dos palestinos.

Mas, como nomearíamos o tipo de cultura política veiculada no MP acerca do Estado de Israel? Levando-se em conta a aplicação da escatologia pré-milenista para a defesa de Israel, a exaltação do retorno dos judeus à “terra prometida” e a criação do Estado de Israel em 1948; a celebração de cada avanço dos israelenses; a não problematização da questão palestina e da situação das populações que foram expulsas de seus lares com a expansão do Estado israelense; uma convicção na futura condição de Israel como centro do mundo; todos esses elementos difundidos nas edições do MP nos permitem chegar a uma primeira conclusão de que a cultura política instrumentalizada pelo MP em relação a Israel é de natureza sionista.

Sionista porque a teologia assembleiana de forte base literal em sua hermenêutica e sua escatologia pré-milenista veem a proclamação do Estado de Israel em 1948 como um grande sinal do começo da execução do plano divino para os judeus, para os cristãos e para o mundo. Mas, antes de 1948, o apoio de vários grupos evangélicos ao movimento sionista das décadas finais do século XIX era evidente, como demonstra Shlomo Sand no livro *A Invenção da Terra de Israel* (SAND, 2014).

A proposta do judeu austríaco Theodor Herzl de se providenciar uma lar nacional para os judeus dispersos por todo o mundo, exposta no seu livro *O Estado Judaico* (1896), foi acolhida com entusiasmo por cristãos evangélicos da Grã-Bretanha, então a grande potência internacional. Sand mostra como muitos estadistas do Império Britânico estavam envolvidos com crenças milenaristas, presentes nas comunidades evangélicas britânicas. Dentre esses políticos, estava o próprio lorde Arthur Balfour, ministro do Exterior que em 1917 redigiu a famosa Declaração Balfour, na qual manifestava a posição favorável do governo britânico ao estabelecimento de um lar

nacional para os judeus na Palestina, recém-conquistada pelos britânicos ao Império Otomano.

Portanto, os assembleianos, como receptores de uma teologia milenarista que remonta aos seus antecedentes de movimentos evangélicos na Europa e nos EUA, fazem uso do MP para, através de sua escatologia, promoverem seu posicionamento político pró-Israel, contribuindo para a difusão de uma cultura política sionista.

Considerações finais

Após o que foi exposto, podemos tecer algumas considerações que, na verdade, são iniciais, além de fazer apontamentos para aprofundar a pesquisa sobre a temática aqui abordada. Como vimos, as relações entre teologia escatológica e cultura política são perceptíveis no MP. Até agora, é possível identificar um alinhamento com o sionismo, resultante da aplicação da escatologia na leitura que se faz do mundo, da História e da política internacional. Sim, porque o apoio a Israel implica também numa tomada de posição em relação a outros atores do cenário global, a saber, os aliados e adversários do Estado de Israel.

No caso dos Estados Unidos, isso é bastante evidente, como já visto no começo do segundo tópico. Por manterem uma aliança com Israel, os EUA ou pelo menos os norte-americanos simpáticos ao sionismo, têm, da parte dos editores do MP, avaliações sempre positivas. Tal afinidade decorre não somente do pró-sionismo encampado pela política externa dos EUA, mas está relacionada também com os vínculos teológicos e doutrinários que as ADs brasileiras têm com a sua congênere americana. Praticamente em todos os aspectos de sua Teologia Sistemática ou Dogmática, as ADs brasileiras receberam a influência da AD norte-americana, mui especialmente na Escatologia, adotando o pré-milenismo como sistema interpretativo das profecias bíblicas.

Essa presença dos norte-americanos nas ADs do Brasil começou a se acentuar a partir da década de cinquenta do século passado, quando chegaram ao Brasil livros teológicos produzidos nos EUA, muitos deles traduzidos por missionários que já atuavam por aqui. Some-se a isso também a organização dos primeiros seminários e institutos bíblicos visando à formação dos pastores brasileiros, reflexo de uma proposta de sistematização das doutrinas ensinadas nas igrejas. E esse conteúdo teológico também era divulgado pelo MP.

Assim, há conexões aproximadas entre as escatologias das ADs brasileiras e norte-americanas, o que indica que há uma relação direta entre as duas denominações no

que tange ao sionismo professado por ambas. O que também nos ajuda a analisar a política pró-EUA que se verifica no MP. E isso nos encaminha para estudos posteriores a fim de vermos como o MP, com sua posição pró-EUA e pró-Israel e mediada por sua escatologia, elabora uma cultura política relacionada com a política global e as relações internacionais.

Outro aspecto que julgamos relevante é a análise que deve ser feita do MP em outros períodos da história recente. Acreditamos que o período da Guerra Fria, entre as décadas de 50 e 80 do século XX, por exemplo, pode nos proporcionar dados que permitam identificar, já nessa época, as representações construídas no MP acerca do cenário político mundial por meio de seus posicionamentos em favor dos EUA e de Israel.

Sobre o sionismo observado no MP, convém indagar mais sobre seus antecedentes nos movimentos evangélicos que precederam ao pentecostalismo do início do século XX, que é a matriz de origem das Assembleias de Deus. Com isso, situamos o sionismo assembleiano no quadro mais amplo do sionismo cristão, buscando as linhas de continuidade em meio às discontinuidades do processo histórico, uma vez que uma cultura política, para adquirir contornos peculiares, não prescinde da média e longa duração. É com base nesse lastro de tradição erigida ao longo do tempo que os seguidores de uma cultura política interpretam e representam os acontecimentos do tempo presente, ainda que contextualizando suas visões de mundo.

Por fim, demonstrar como o MP serve como um formador de uma cultura política sionista é um exercício de percepção das estreitas relações entre teologia e política, entre cultura e política, entre religião e poder. Relações essas que nem sempre estão aparentes, à superfície, mas que norteiam as disputas entre diversos grupos no espaço social.

Fonte

Jornal *Mensageiro da Paz* (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Outubro/2001 – Abril/2005.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Isael de. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém: uma cidade, três religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et al (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MENZIES, William W. ; HORTON, Stanley M. **Doutrinas Bíblicas: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

OLSON, Lawrence. **O plano divino através dos séculos**. 24^a ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

OLSON, Roger. **História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas**. São Paulo: Editora Vida, 2001.

SAND, Shlomo. **A Invenção da Terra de Israel: da terra santa à terra pátria**. São Paulo: Benvirá, 2014.